



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

MASCULINIDADES EM QUESTÃO: CRISES, NORMAS E RESISTÊNCIAS NO CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO

MASCULINITIES IN QUESTION: CRISES, NORMS AND RESISTANCES IN THE FIELD OF GENDER STUDIES

Douglas da Silva Araújo ¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central problematizar o conceito de masculinidades a partir da teoria crítica feminista e da perspectiva interseccional, com ênfase nas articulações entre poder, corpo, violência, saúde e educação. Partindo da pergunta "de que modo as masculinidades hegemônicas são construídas, reproduzidas e podem ser desestabilizadas à luz da crítica feminista?", o trabalho mobiliza os referenciais teóricos de Connell e Messerschmidt (masculinidade hegemônica), Judith Butler (corpo e performatividade), Guacira Lopes Louro (pedagogias da sexualidade), bell hooks (educação crítica), Michael Kimmel (violência e masculinidade) e autoras do feminismo decolonial como Lélia Gonzalez e María Lugones. Metodologicamente, adota-se uma revisão crítica da bibliografia nacional e internacional, com ênfase na articulação entre poder, discurso, corporalidade, violência estrutural, saúde masculina e práticas educativas. As análises indicam que as masculinidades não constituem essências fixas, mas configurações relacionais de poder que podem ser transformadas por meio de intervenções pedagógicas e políticas comprometidas com a justiça de gênero. A análise interseccional revela que as experiências masculinas são profundamente atravessadas por marcadores de raça, classe, colonialidade, sexualidade e deficiência, inviabilizando generalizações homogêneas. Os resultados apontam ainda que a saúde masculina – incluindo os alarmantes índices de suicídio entre homens – e a violência estrutural são dimensões ainda subexploradas nos estudos críticos sobre masculinidades, mas fundamentais para uma agenda de transformação. Conclui-se que "colocar as masculinidades em questão" é condição fundamental para o desmantelamento do patriarcado e a construção de formas de existência masculina não hierárquicas, cuidadoras, não violentas e antipatriarcais.

Palavras-chave: Corpo. Educação. Feminismo. Hegemonia. Interseccionalidade. Masculinidades.

ABSTRACT

¹ Mestrando em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, dgsilva28@gmail.com

This paper aims to problematize the concept of masculinities from a critical feminist and intersectional perspective, emphasizing the articulations between power, body, violence, health, and education. Starting from the question "how are hegemonic masculinities constructed, reproduced, and can be destabilized in light of feminist critique?", the work mobilizes the theoretical frameworks of Connell and Messerschmidt (hegemonic masculinity), Judith Butler (body and performativity), Guacira Lopes Louro (pedagogies of sexuality), bell hooks (critical education), Michael Kimmel (violence and masculinity), and decolonial feminist authors such as Lélia Gonzalez and María Lugones. Methodologically, a critical review of national and international literature is adopted, emphasizing the articulation between power, discourse, corporeality, structural violence, men's health, and educational practices. The analyses indicate that masculinities are not fixed essences but relational configurations of power that can be transformed through pedagogical and political interventions committed to gender justice. The intersectional analysis reveals that male experiences are deeply crossed by markers of race, class, coloniality, sexuality, and disability, making homogeneous generalizations unviable. The results also point out that men's health – including alarming suicide rates among men – and structural violence are still underexplored dimensions in critical studies on masculinities, but are fundamental to a transformative agenda. It concludes that "putting masculinity into question" is a fundamental condition for dismantling patriarchy and constructing non-hierarchical, caring, non-violent, and anti-patriarchal forms of male existence.

Keywords: Body. Education. Feminism. Hegemony. Intersectionality. Masculinities.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos quarenta anos, os estudos sobre masculinidades emergiram como um campo teórico e político relevante no interior dos debates feministas e dos Estudos Culturais. Longe de constituir um tema periférico ou secundário, a problematização do que significa "ser homem" em diferentes contextos sociais e históricos tornou-se central para a compreensão dos mecanismos de reprodução do patriarcado e, sobretudo, para a identificação de possíveis brechas de transformação.

O crescente interesse acadêmico por esse campo reflete não apenas uma demanda intelectual, mas uma urgência social e política diante da persistência das desigualdades de gênero, das altas taxas de violência praticadas por homens e dos impactos negativos das normas de gênero sobre a própria saúde e bem-estar da população masculina.

O presente trabalho inscreve-se no campo interdisciplinar dos Estudos Culturais, articulando a crítica feminista e as perspectivas interseccionais de gênero, raça, classe, colonialidade, sexualidade e deficiência. Mais especificamente, a pesquisa situa-se na confluência entre os estudos sobre masculinidades (Connell & Messerschmidt; Kimmel), a teoria pós-estruturalista do corpo e do poder (Foucault, Butler), as pedagogias da sexualidade e do currículo (Louro, Meyer, Goellner), as análises sobre violência estrutural e saúde coletiva (Courtenay; Schraiber et al.) e os feminismos negro e decolonial (hooks; Collins; Gonzalez; Lugones).

Trata-se de uma pesquisa de natureza teórico-conceitual, baseada em revisão crítica da bibliografia nacional e internacional, com ênfase na articulação entre poder, discurso, corporalidade, violência, saúde e práticas educativas.

O conceito de masculinidade hegemônica, desenvolvido originalmente por Raewyn Connell a partir dos anos 1980, representou uma ruptura significativa com as abordagens que tratam a masculinidade como um traço psicológico fixo ou como uma essência trans-histórica. Ao contrário, Connell propôs compreender as masculinidades como configurações de práticas situadas em relações sociais de poder, nas quais certas formas de ser homem se legitimam como superiores, enquanto outras são subordinadas, marginalizadas ou cúmplices. Essa virada relacional permitiu superar tanto os essencialismos biológicos quanto às leituras culturalistas que reduzem a masculinidade a um "papel social" estático e universal.

Entretanto, como alertam Connell e Messerschmidt (2013), o conceito de masculinidade hegemônica tem sofrido um processo de "escorregamento teórico" em muitas de suas aplicações empíricas, sendo frequentemente reduzido a um catálogo de características individuais (agressividade, invulnerabilidade emocional, competição) em detrimento de sua dimensão relacional e estrutural. Este artigo assume esse alerta como ponto de partida, propondo uma análise que recupere a potência crítica do conceito sem perder de vista sua complexidade e sua ancoragem nas relações de poder concretas.

A pergunta que orienta esta investigação é a seguinte: de que modo as masculinidades hegemônicas são construídas, reproduzidas e podem ser desestabilizadas à luz da crítica feminista e interseccional? Para respondê-la, o trabalho está estruturado em quatro eixos analíticos principais: primeiro, uma discussão aprofundada sobre o conceito de masculinidade hegemônica, suas origens, críticas e reformulações; segundo, uma análise das relações entre corpo, poder, discurso e educação, a partir dos referenciais foucaultianos, butlerianos e dos estudos de gênero em educação; terceiro, uma reflexão sobre as articulações entre masculinidades e violência, incluindo a análise de políticas públicas e experiências latino-americanas de enfrentamento; quarto, uma exploração das possibilidades de construção de masculinidades contra-hegemônicas, incluindo as proposições de "masculinidades cuidadoras", "masculinidades feministas" e a dimensão da saúde masculina como campo negligenciado mas estratégico para a transformação.

A relevância desta investigação justifica-se não apenas no plano teórico, mas também no campo político e nas políticas públicas. Em um momento histórico marcado pelo avanço de discursos conservadores que buscam reafirmar o patriarcado como ordem legítima – incluindo ataques sistemáticos às políticas de gênero, à educação para a igualdade e aos direitos das mulheres e populações LGBTQIAPN+ –, colocar as masculinidades em questão torna-se um gesto ético e político inadiável. Além disso, os altos índices de violência doméstica, feminicídios, homicídios de jovens

negros, suicídio masculino e adoecimento mental entre homens indicam que o custo do patriarcado também é pago pela própria população masculina, ainda que de maneira desigual e interseccionalmente marcada.

Portanto, desnaturalizar as masculinidades hegemônicas não é apenas uma pauta feminista, mas uma condição para a construção de sociedades mais justas, igualitárias e saudáveis para todas as pessoas.

2 O CONCEITO DE MASCULINIDADE HEGEMÔNICA: ORIGENS, CRÍTICAS E REFORMULAÇÕES

2.1 A gênese do conceito

A formulação do conceito de masculinidade hegemônica, tal como proposta por Raewyn Connell a partir do final dos anos 1980, não emerge de um vácuo teórico. Antes, constitui o resultado de uma confluência de três tradições intelectuais e políticas que, até então, mantinham diálogos restritos e pontuais: a teoria feminista crítica do patriarcado, a sociologia gramsciana do poder e os movimentos sociais de libertação gay. Compreender essa gênese é condição indispensável para evitar o uso superficial e descontextualizado que o conceito tem sofrido em muitas de suas aplicações empíricas recentes.

A primeira dessas tradições – a teoria feminista – já havia produzido, ao longo das décadas de 1960 e 1970, uma análise robusta sobre a desigualdade de gênero como estrutura social, e não como mero resultado de diferenças biológicas ou de socialização diferenciada. Autoras como Heleieth Saffioti, no Brasil, e Kate Millett, nos Estados Unidos, demonstraram que o patriarcado não é um resíduo do passado, mas um sistema de dominação que se reproduz ativamente nas mais diversas esferas da vida social – do trabalho à família, da política à sexualidade. Contudo, como apontam Connell e Messerschmidt (2013, p. 244), a análise feminista das décadas iniciais tendia a tratar os homens como categoria homogênea e a masculinidade como expressão direta do poder patriarcal, sem distinguir diferentes formas de ser homem ou diferentes posições que os homens ocupam nas hierarquias de gênero.

Foi precisamente para suprir essa lacuna que Connell recorreu à segunda tradição: a teoria gramsciana da hegemonia. Antonio Gramsci, filósofo marxista italiano, desenvolveu o conceito de hegemonia para explicar como as classes dominantes mantêm seu poder não apenas pela coerção (força policial, exército, leis), mas fundamentalmente pela produção de consentimento ativo por parte das classes subalternas. A hegemonia, nesse sentido, é sempre instável, incompleta e sujeita a disputa; ela exige constante renovação e negociação. Transportado para o campo das relações de gênero, o

conceito permite compreender que a dominação masculina não se sustenta apenas pela violência ou pela ameaça de violência, mas porque certos ideais de masculinidade são culturalmente legitimados como desejáveis, mesmo quando inalcançáveis para a maioria dos homens.

A terceira tradição que alimenta a formulação do conceito é menos frequentemente mencionada, mas não menos importante: os movimentos de libertação gay das décadas de 1970 e 1980. Esses movimentos, ao denunciarem a opressão sistemática sofrida por homens gays – incluindo a violência física, a discriminação legal, a patologização psiquiátrica e a exclusão social –, evidenciaram algo que a teoria feminista, por si só, não conseguia explicar com clareza: a existência de hierarquias entre os próprios homens. Um homem gay não ocupa a mesma posição nas relações de gênero que um homem heterossexual hegemônico; sua masculinidade é sistematicamente desqualificada, associada à fraqueza, à efeminação e à inferioridade. Em outros termos, há uma "subordinação" que opera no interior da própria categoria "homens", e essa subordinação é tão estruturante quanto a dominação dos homens sobre as mulheres.

É na confluência dessas três tradições que Connell formula sua definição canônica: a masculinidade hegemônica designa "a configuração da prática de gênero que incorpora a resposta atualmente aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, que garante (ou é tida como garantia) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres" (Connell, 1995, p. 77, apud Connell & Messerschmidt, 2013, p. 245). Três características dessa definição merecem destaque analítico.

A primeira é que a masculinidade hegemônica não é um tipo psicológico e tampouco um conjunto fixo de traços de personalidade. Não se trata de afirmar que homens hegemônicos são "assim" ou "assado" – agressivos, competitivos, provedores, emocionalmente contidos. Trata-se, antes, de compreender que, em um dado momento histórico e em uma dada formação social, certas práticas de gênero se tornam culturalmente dominantes e servem como padrão em relação ao qual todas as outras formas de masculinidade (e de feminilidade) são medidas e avaliadas. A hegemonia, portanto, é uma posição relacional, não uma essência.

A segunda característica é que a hegemonia, no sentido gramsciano, opera fundamentalmente pelo consentimento, não pela coerção. Claro que a coerção está sempre presente como pano de fundo – a violência contra mulheres e contra homens gays é um mecanismo recorrente de manutenção da ordem patriarcal. Mas o que torna a masculinidade hegemônica tão eficaz é que ela se apresenta como desejável e natural. O menino que aprende desde cedo que "homem não chora" não precisa ser forçado a suprimir suas lágrimas; ele internaliza essa norma como parte do que significa "ser homem de verdade". A hegemonia se exerce, assim, no nível da cultura, do senso comum, das representações midiáticas, das práticas escolares e familiares.

A terceira característica, frequentemente negligenciada nas aplicações apressadas do conceito, é que a masculinidade hegemônica depende da existência de outras masculinidades que lhe servem de contraste e de sustentação.

Connell propõe uma tipologia relacional que distingue pelo menos quatro posições na hierarquia de gênero:

- (a) a masculinidade hegemônica, que ocupa o topo e legitima a dominação patriarcal;
- (b) as masculinidades subordinadas, das quais a principal referência histórica são as masculinidades gays, mas que incluem também homens cujas práticas de gênero são lidas como "desviantes" ou "insuficientemente masculinas";
- (c) as masculinidades marginalizadas, que resultam da interseção entre gênero e outros eixos de desigualdade, como raça e classe – por exemplo, homens negros em contextos de racismo estrutural;
- (d) as masculinidades cúmplices, que, sem realizarem plenamente o ideal hegemônico, dele se beneficiam e contribuem para sua reprodução – a maioria dos homens heterossexuais que não são "heróis" nem "provedores exemplares", mas que gozam do privilégio de não serem confundidos com mulheres ou com homens gays.

Essa arquitetura conceitual, como se vê, é relacional e dinâmica, não tipológica e estática. Sua potência analítica reside exatamente em sua capacidade de capturar as contradições, as tensões e as possibilidades de transformação que habitam o campo das masculinidades.

2.2 Críticas e o problema do "escorregamento teórico"

O conceito de masculinidade hegemônica não ficou imune a críticas. Uma delas, proveniente dos estudos queer e pós-estruturalistas, questiona a própria estabilidade da categoria "masculinidade", argumentando que a ênfase nas estruturas de poder pode obscurecer os processos de subjetivação e as ambiguidades das identificações de gênero. Outra crítica, de matriz interseccional, aponta para a necessidade de considerar como raça, classe e colonialidade atravessam e reconfiguram as hierarquias masculinas em diferentes contextos geopolíticos.

Contudo, a crítica mais substantiva talvez venha do próprio uso do conceito na pesquisa empírica. Connell e Messerschmidt (2013, p. 245) são enfáticos ao afirmar que "muitos usos do conceito de masculinidade hegemônica na pesquisa contemporânea têm sido problemáticos, pois tendem a reduzir o conceito a um conjunto de traços de personalidade ou a um padrão cultural homogêneo". Esse processo, que os autores denominam de "escorregamento" (slippage), tem como efeito a reificação do conceito e a perda de sua potência crítica.

Quando a masculinidade hegemônica é reduzida a "ser agressivo", "não demonstrar emoções"

ou "ser o provedor", perde-se de vista sua dimensão relacional e sua ancoragem nas estruturas de poder. Mais grave ainda, essa redução produz um efeito colateral perverso: a identificação automática de toda masculinidade não hegemônica como progressista ou libertadora. Um homem gay pode, por exemplo, estar subordinado na hierarquia de gênero, mas nem por isso sua masculinidade está isenta de reproduzir dinâmicas patriarcais em relação às mulheres ou a outros homens.

2.3 Reformulações necessárias

Em resposta a essas críticas, Connell e Messerschmidt (2013) propõem uma reformulação do conceito em quatro eixos principais: (a) a adoção de um modelo mais complexo de hierarquia de gênero, que reconheça a agência das mulheres e a possibilidade de resistência; (b) o reconhecimento explícito da geografia das masculinidades, com suas dimensões local, regional e global; (c) um tratamento mais específico da corporificação nos contextos de privilégio e poder; e (d) uma ênfase renovada na dinâmica da masculinidade hegemônica, abrindo espaço para suas contradições internas e para as possibilidades de movimento em direção a uma democracia de gênero.

Essa reformulação é particularmente relevante para os objetivos deste artigo, na medida em que evita tanto o pessimismo estruturalista – que tenderia a ver toda prática masculina como intrinsecamente opressiva – quanto o otimismo ingênuo – que identifica nas masculinidades "alternativas" uma solução automática para a desigualdade de gênero.

2.4 Corpo, poder e educação: as pedagogias da masculinidade

Não é possível compreender as masculinidades sem uma análise cuidadosa da dimensão corporal. Como argumenta Judith Butler (2007) em "Corpos que pensam", o corpo não é uma superfície passiva sobre a qual o gênero se inscreve, mas sim o próprio lócus da performatividade – o lugar onde o gênero é continuamente produzido e reiterado por meio de atos, gestos e estilizações.

Os corpos masculinos, nessa perspectiva, são rigorosamente disciplinados para se conformar a um ideal normativo. A socialização masculina, desde a infância, envolve um processo contínuo de modelagem corporal: a supressão do choro, a imposição de uma postura "firme", a rejeição de gestos considerados "afeminados", a aceitação da dor física como prova de masculinidade. Como observa Foucault (1988), os corpos são dóceis na exata medida em que são úteis; e a utilidade do corpo masculino, no patriarcado, é dupla: produzir (no trabalho) e proteger/dominar (nas relações sociais).

Thomas Laqueur (2001), em sua análise histórica da construção do sexo, demonstra como a medicina e a biologia produziram um modelo dicotômico e hierárquico dos corpos, no qual o corpo masculino foi erigido como norma e o corpo feminino como desvio. Essa "invenção do sexo" teve consequências profundas para a constituição das masculinidades, pois naturalizou a dominação

masculina como decorrência de uma suposta superioridade biológica.

2.5 Pedagogias da sexualidade e a escola como território de normatização

O campo educacional, argumenta Guacira Lopes Louro (1999, 2010), é um território privilegiado de produção e regulação das masculinidades. A escola não apenas transmite conteúdos curriculares; ela opera, sobretudo, como uma pedagogia da sexualidade – um conjunto de práticas discursivas e não discursivas que ensinam meninos e meninas o que significa ser homem ou mulher em uma determinada sociedade.

No caso específico das masculinidades, a escola atua por meio de múltiplos mecanismos: a separação de meninos e meninas nas filas, nos jogos e nas atividades; a atribuição diferenciada de tarefas (meninos carregam pesos, meninas organizam a sala); a vigilância constante sobre os corpos (o cabelo, a roupa, os gestos); a punição daqueles que transgridem as normas de gênero (o menino "quieto demais" ou "que gosta de brincar de boneca").

Como destacam França e Calsa (2017), os estudos de gênero no cotidiano escolar revelam que os professores e professoras, muitas vezes de forma não intencional, reproduzem pedagogias da masculinidade que reforçam a hierarquia entre os gêneros. A pergunta que se impõe, então, é como interromper esse ciclo de reprodução.

Bell hooks (2022), em *Ensinar pensamento crítico*, oferece pistas importantes. Para a autora, a educação verdadeiramente transformadora exige a criação de um ambiente no qual os corpos – todos os corpos – possam ser reconhecidos em sua concretude e complexidade. Uma pedagogia feminista das masculinidades não pode, portanto, se contentar com a transmissão de informações sobre igualdade de gênero; ela precisa envolver os corpos dos meninos em práticas alternativas de relação consigo mesmos, com os outros e com o mundo.

2.6 Masculinidades e violência: para além da agência individual

Um dos eixos mais sensíveis e recorrentes na discussão sobre masculinidades é sua articulação com a violência. Estudos feministas e de segurança pública demonstram que a imensa maioria dos atos de violência interpessoal, doméstica, sexual e comunitária é perpetrada por homens. Contudo, a relação entre masculinidade e violência não é direta ou natural: trata-se de um aprendizado social e cultural que associa a agressividade à prova de "virilidade".

Como argumenta Kimmel (2005), muitos homens praticam violência não apesar de serem homens, mas precisamente para provar que o são. A violência torna-se, nesse contexto, um recurso performático para a validação da identidade masculina frente a outros homens e frente às mulheres. Essa dinâmica fica particularmente evidente em rituais de iniciação masculina, em práticas de bullying

escolar, em violências cometidas no âmbito de torcidas organizadas, forças armadas e grupos extremistas.

No Brasil, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) indicam que mais de 90% dos homicídios são cometidos por homens, e que a violência doméstica contra mulheres tem como principais autores parceiros ou ex-parceiros homens. Esses números não indicam uma patologia individual, mas sim um padrão estrutural que precisa ser analisado à luz da masculinidade hegemônica e sua exigência de controle, dominação e invulnerabilidade.

Experiências latino-americanas, como o Programa "Masculinidades pela Igualdade de Gênero" no Chile e o Projeto "Homens pela Equidade" no Brasil, têm demonstrado que é possível reduzir a violência associada à masculinidade por meio de grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica, programas educativos em escolas e campanhas de comunicação. Entretanto, como alerta Toneli et al. (2019), essas iniciativas correm o risco de se tornarem paliativas se não estiverem articuladas a políticas estruturais de enfrentamento ao patriarcado.

2.7 Masculinidades cuidadoras e feministas

Se as masculinidades hegemônicas são construídas sobre a negação do cuidado – entendido como atributo "feminino" e, portanto, desvalorizado –, a construção de masculinidades contra-hegemônicas passa necessariamente pela reinvenção da relação dos homens com o cuidado.

É nesse contexto que emerge a noção de masculinidade cuidadora (*caring masculinity*), que desloca o cuidado do centro das práticas tradicionalmente femininas para o centro das práticas masculinas.

Contudo, é preciso cautela. Como demonstram pesquisas empíricas recentes (Teinema et al., 2022), mesmo homens que se envolvem ativamente em práticas de cuidado – pais dedicados, profissionais da área social, cuidadores de idosos – frequentemente mantêm privilégios masculinos em outras esferas de suas vidas. O cuidado, sozinho, não é suficiente para dismantelar o patriarcado.

Uma proposição mais radical é a das masculinidades feministas, formulada por bell hooks (2004) em *The Will to Change*. Para hooks, não basta que os homens adotem comportamentos tidos como "femininos" ou se afastem dos traços hegemônicos – é necessário que se engajem ativamente no dismantelamento das estruturas patriarcais, assumindo um compromisso ético-político com a justiça de gênero. Isso implica, entre outras coisas, abrir mão de posições de protagonismo nos movimentos feministas, reconhecer os privilégios masculinos mesmo quando se está em posição de subordinação por outros marcadores (raça, classe, sexualidade) e responsabilizar-se pelo enfrentamento da violência de gênero.

2.8 Masculinidades e saúde: vulnerabilidades silenciadas

Outro campo pouco explorado quando se trata de masculinidades é o da saúde. A socialização masculina hegemônica, ao exigir invulnerabilidade, autocontrole emocional e negação da dor, produz efeitos profundamente danosos sobre a saúde dos homens. Estudos epidemiológicos indicam que homens, em comparação com mulheres, buscam menos serviços de saúde preventiva, têm maior incidência de doenças cardiovasculares e hepáticas relacionadas ao consumo de álcool, e apresentam taxas significativamente mais altas de mortalidade por causas externas (acidentes, violência, suicídio).

O suicídio masculino é um indicador particularmente contundente. No Brasil, dados do Ministério da Saúde mostram que, embora as mulheres tentem mais suicídio, os homens morrem cerca de 80% dos casos consumados. Esse fenômeno está diretamente associado à socialização que impede homens de expressarem sofrimento emocional, pedirem ajuda ou buscarem apoio psicológico. A masculinidade hegemônica, ao promover o ideal do "homem forte que resolve tudo sozinho", silencia a vulnerabilidade e a transforma em adoecimento.

Nesse sentido, uma agenda de transformação das masculinidades precisa incluir também a desconstrução das barreiras de gênero no acesso à saúde, a promoção de modelos masculinos que incluam o autocuidado e a expressão emocional, e a formação de profissionais de saúde sensíveis às questões de gênero. Como argumentam Courtenay (2000) e Schraiber et al. (2010), as práticas de saúde dos homens são performatividades de gênero tanto quanto as práticas de violência ou trabalho.

2.9 Interseccionalidade e contextos latino-americanos

Uma análise interseccional das masculinidades, tal como propõem os feminismos negro e decolonial (Collins, 2019; Gonzalez, 2020; Lugones, 2014), impede qualquer generalização apressada sobre "os homens" como categoria homogênea. Homens negros, homens indígenas, homens pobres, homens gays, homens trans – todos vivenciam a masculinidade de maneira distinta, em posições de poder e subordinação que se cruzam de formas complexas.

No contexto latino-americano, a colonialidade do poder e do gênero (Quijano, 2005; Lugones, 2014) impõe camadas adicionais de análise. As masculinidades indígenas, por exemplo, não podem ser compreendidas sem considerar o genocídio histórico, a violência missionária e a atual luta por território. Da mesma forma, as masculinidades negras no Brasil são atravessadas pelo racismo estrutural, que ora hipervisibiliza o corpo do homem negro como ameaça (encarceramento em massa, violência policial), ora o torna invisível como sujeito de cuidado e afeto.

A crítica de Gayatri Spivak (2010), embora originalmente dirigida à relação entre feminismo ocidental e mulheres subalternas, pode ser estendida à análise das masculinidades: é preciso cuidado para não reproduzir um gesto epistêmico colonial no qual o pesquisador ocidental "fala pelos" homens

subalternos, apagando suas agências e suas vozes. Como alerta Vasant (2024), a análise das "masculinidades subalternas" não pode se reduzir a uma vitimização romantizada, mas precisa reconhecer que a subalternidade em um eixo (por exemplo, raça) não exclui a possibilidade de privilégio em outro (por exemplo, gênero).

3 DESENVOLVIMENTO

Metodologia

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, trata-se de um estudo de natureza teórico-conceitual, fundamentado em revisão crítica da bibliografia especializada nos campos dos Estudos de Gênero, Estudos Culturais e Educação.

Foram selecionadas obras e artigos considerados canônicos e contemporâneos nas seguintes áreas: teorias da masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt), teorias pós-estruturalistas do corpo e gênero (Butler, Foucault), pedagogias da sexualidade e currículo (Louro, Meyer, Goellner) e feminismo crítico interseccional (hooks, Collins, Gonzalez, Lugones).

A análise concentrou-se na articulação conceitual entre poder, discurso, corporalidade e práticas educativas, buscando identificar pontos de tensão, avanços teóricos e possibilidades de transformação no âmbito das masculinidades.

Resultados e discussões

A partir da revisão crítica realizada, foi possível identificar quatro grandes resultados analíticos.

Primeiro, a masculinidade hegemônica, quando corretamente compreendida como configuração relacional e não como catálogo de traços, revela-se um conceito dinâmico e útil para a análise das hierarquias de gênero em diferentes contextos. A reformulação proposta por Connell e Messerschmidt (2013) fortalece o conceito ao incorporar a agência feminina, a geografia das masculinidades e a possibilidade de contradições internas.

Segundo, a produção cotidiana das masculinidades ocorre por meio de tecnologias disciplinares que agem sobre os corpos desde a infância, sendo a escola uma das instituições mais eficazes nesse processo. As pedagogias da sexualidade (Louro, 1999) operam de forma capilar e nem sempre intencional, mas seus efeitos normativos são profundos e duradouros.

Terceiro, as resistências e contra-hegemonia são possíveis, mas exigem mais do que mudanças individuais de comportamento: requerem transformações estruturais nas relações de poder, incluindo

a reorganização dos lugares do cuidado, da violência, da saúde e da afetividade. As masculinidades cuidadoras e feministas representam caminhos promissores, mas não isentos de armadilhas.

Quarto, a interseccionalidade é condição inescapável para qualquer análise minimamente complexa das masculinidades. Ignorar as interseções com raça, classe, colonialidade, sexualidade e deficiência produz análises universalizantes que, ironicamente, reproduzem o gesto hegemônico que pretendem criticar.

As discussões apontaram ainda que os estudos sobre masculinidades não podem prescindir de um diálogo constante com os feminismos, sob pena de se tornarem um campo autorreferente e despolitizado. Além disso, ficou evidente que a educação para a igualdade de gênero precisa ser direcionada também aos meninos e homens, não apenas como "público-problema", mas como sujeitos de transformação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo central problematizar as masculinidades a partir da teoria crítica feminista e da perspectiva interseccional, buscando responder à pergunta sobre como as masculinidades hegemônicas são construídas, reproduzidas e podem ser desestabilizadas.

Ao longo da análise, foram mobilizados os referenciais de Connell e Messerschmidt (masculinidade hegemônica e suas reformulações), Butler e Foucault (corpo, poder e performatividade), Louro (pedagogias da sexualidade) e bell hooks (educação crítica e masculinidades feministas).

Argumentou-se que:

- A masculinidade hegemônica não deve ser compreendida como um conjunto fixo de traços de personalidade, mas como uma configuração relacional de práticas situadas em estruturas de poder.
- A produção das masculinidades envolve intenso trabalho disciplinar sobre os corpos, operado por múltiplas instituições – com destaque para a escola, que atua como pedagogia da sexualidade.
- A violência associada às masculinidades não é natural nem individual, mas sim aprendida e performatizada como prova de virilidade; políticas públicas e ações educativas podem interromper esse ciclo.
- A saúde dos homens é um campo negligenciado pela crítica feminista e pelos próprios estudos de masculinidade, mas constitui uma dimensão central para a transformação das normas de gênero.

- A construção de masculinidades contra-hegemônicas exige mais do que a adoção de práticas de cuidado; requer um compromisso ético-político com o desmantelamento do patriarcado, articulado a uma análise interseccional que reconheça a complexidade das posições ocupadas por diferentes grupos de homens.

Este trabalho não pretende esgotar o tema, mas sim oferecer contribuições para um debate que se anuncia como urgente e inadiável. As limitações incluem a ausência de análise empírica mais detida sobre experiências concretas de transformação de masculinidades, bem como a necessidade de aprofundamento das interlocuções com os feminismos latino-americanos decoloniais.

Pesquisas futuras poderiam investigar, por exemplo, como programas educacionais voltados para a promoção de masculinidades equitativas têm operado em contextos de profunda desigualdade social; ou ainda como as masculinidades se reconfiguram em cenários de crise ecológica, migratória e sanitária. Outra linha promissora é o estudo das masculinidades em contextos de vulnerabilidade extrema (situação de rua, sistema prisional, comunidades pós-desastres), onde as normas hegemônicas muitas vezes entram em colapso e abrem espaço para outras configurações.

Ao final, permanece a convicção de que "colocar as masculinidades em questão" não é um gesto teórico abstrato, mas uma condição fundamental para a transformação social e para a conquista da democracia de gênero. Como nos lembra bell hooks (2004, p. xviii), "o amor pode realmente mudar as coisas, mas o amor não é um sentimento – é um ato de vontade que exige trabalho, coragem e compromisso". Transformar as masculinidades é, antes de tudo, um ato de amor político.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

COURTENAY, Will. *Constructions of masculinity and their influence on men's well-being: a theory of gender and health*. *Social Science & Medicine*, v. 50, n. 10, p. 1385-1401, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. *As contribuições dos estudos de gênero e sexualidade no cotidiano*

escolar dos docentes. In: FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8, 2017. Anais... Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST51/Franca-Calsa_51.pdf. Acesso em: 03 jun. 2026.

GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. The Will to Change: Men, Masculinity, and Love. Nova York: Atria Books, 2004.

hooks, bell. Ensinar pensamento crítico. Espanha: Rayo Verde, 2022.

KIMMEL, Michael. A produção dos homens: estudos sobre masculinidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (Orgs.). Corpo, Gênero e Sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Violência de gênero e políticas públicas: a experiência do Programa de Atenção Integral à Saúde do Homem. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, n. 6, p. 2885-2896, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TEINEMAA, T.; et al. Contradictions of hegemonic masculinity and the (hopeful) potential of old age and caring masculinity. Journal of Aging Studies, v. 63, 2022.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras et al. Masculinidades e políticas públicas: desafios para a equidade de gênero. Psicologia & Sociedade, v. 31, e189654, 2019.

VASANT, S. Gayatri Chakravorty Spivak's Critique of Western Feminism and its Implications for the study of subaltern masculinities. Zenodo, 2024.